



A desoneração da folha de pagamento

Assunto, que foi tema de debate entre especialistas, em Conferência realizada pela CNS e Casa Brasil, é vital para o crescimento do emprego e da economia brasileira

No último dia cinco de outubro, em São Paulo, foi realizada a conferência "Serviços: menos impostos, mais crescimento, mais emprego" – A desoneração da folha de pagamento", organizada pela Confederação Nacional de Serviços, em parceria com a Casa Brasil, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, revista Forbes e BIG – Brazil International Gazeta. O evento contou também com a parceria da FESESP – Federação de Serviços do Estado de São Paulo; da Federação de Serviços do Estado de Minas Gerais (FESEMG); da SEPROSP – Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo; da Federação Nacional de Cultura (FENAC); da FENAINFO – Federação Nacional das Empresas de Informática; da Confederação Nacional de Saúde (CNS); da Fenacon - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas; e do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola.

O principal assunto discutido foram propostas para a desoneração da folha de pagamento e as alternativas para a flexibilização do regime de contratação em CLT, sem diminuir a base de arrecadação.

Na mesa de abertura, especialistas apontaram a relevância

do assunto. Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços, transmitiu algumas experiências vividas por ele e pelos parceiros no que diz respeito à luta contra o aumento de tributos em diversos setores de prestação de serviço. "Queremos que o governo nos veja como um setor representativo. Os números já provaram isso, mas precisamos de melhorias nas áreas de tributação, legislação trabalhista e financiamentos", afirmou Luigi.

José Carlos de Souza Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde, explicou sobre a sua participação na luta pela qualidade no setor de saúde. "Somos um braço fundamental da economia e lidamos com a vida das pessoas. Representamos 6,5% do PIB nacional e precisamos de mais incentivos", comentou Abrahão.

O CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola foi representado na mesa de abertura por Paulo Nathanael, presidente do Conselho Executivo. "Trazemos um elefante montado em nossas costas. Com esse evento, devemos nos perguntar: o que falta para o Brasil começar a sua caminhada? A população vai conseguir se humanizar?", questionou.

Os trabalhadores foram representados por Antônio Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. "O governo está preocupado com o quanto ar-

recada e não onde isso impacta. A nossa luta não é contra o governo, mas com os tecnocratas da Receita Federal. O trabalhador sempre acha que está ganhando pouco e o empresário que está pagando muito. Tem de haver um equilíbrio", comentou Neto.

Edson Lupatini, Secretário do Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representou o governo e afirmou: "Concordo com a desoneração da folha de pagamento, mas de que forma podemos fazer isso? Ainda estamos engatinhando no que diz respeito ao setor de serviços. Os segmentos e

Com a expiração da CPMF, reforma tributária volta à tona

as aspirações são muito diversas".

Após a mesa de abertura, Fernando Garcia, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, apresentou a proposta da Confederação Nacional de Serviços, em parceria com a FESEP e a Fundação Getúlio Vargas para a desoneração da folha de pagamento. Foi feita uma simulação em que a contribuição patronal do INSS seria substituída por uma CMF com valor entre 0,75% e 1%, apenas no débito. O crescimento econômico

da maioria dos setores de serviços seria bom, mas a carga tributária

A folha de pagamento minguará com o crescimento da terceirização e informalidade

subiria em alguns casos.

Do painel I – "Redução da carga tributária: fator de desenvolvimento para o Brasil", participaram o Dr. Marcos Cintra, economista e ex-deputado federal, o também economista Gesner Oliveira e Gilberto Luiz do Amaral, advogado tributarista e presidente do Instituto de Planejamento Tributário.

Marcos Cintra apresentou um quadro explicativo com toda a carga tributária que incide sobre a folha de pagamento, além de propor três alternativas. "Defendo uma reforma tributária radical, que vá além, que aja na base. Toda cadeia de produção é infinita, portanto, não podemos pensar somente em diminuir os impostos em cascata e nos preocuparmos com o tamanho da cadeia de produção", afirmou.

"Não vejo ambiente para uma reforma tributária. A folha de pagamento minguará com o crescimento da terceirização e da informalidade. A concorrência é

desleal", comentou Amaral.

O painel II – "Setor de serviços: competitividade e crescimento" foi mediado pelo economista Luiz Zottmann que acredita que "uma reforma deve ser feita. É um momento muito oportuno, já que a validade da CPMF vai expirar". Participaram da mesa Tharcisio Bierrenbach, professor e Diretor do MBA da FAAP, Antônio Corrêa de Lacerda, economista e Diretor da Siemens-Brasil e Luiz Gonzaga Bertelli, presidente do CIEE.

Lacerda acredita que "o Brasil está condenado a crescer, mas precisa dar mais emprego aos jovens". Tharcisio defendeu o desenvolvimento do setor de informática e os problemas enfrentados pelos estabelecimentos da área. Bertelli também defendeu o emprego aos jovens e a constante qualificação do setor de serviços. "O setor ainda pode ser melhorado. São necessárias mais ferramentas de marketing, é preciso melhorar os padrões de serviço e qualidade e dar feedback adequado aos clientes", comentou Bertelli.

A conclusão do evento foi feita por Luigi Nese e pelo deputado federal Gerson Gabrielli. "O Brasil merece ser empreendedor e ter um empreendedor. Eu não acredito que vá acontecer alguma reforma no setor tributário se não houver uma grande mobilização da sociedade", afirma Gabrielli.

O papel dos serviços na economia desenvolvida

Setor representa 57% do PIB nacional e é um dos que mais gera novos postos de trabalho

| Fabiana Faria e Fabio Jardim |

O setor de serviços é de extrema importância para a economia global. O mercado envolve serviços prestados na área de transportes, imobiliários, informação, manutenção e reparo, prestação para empresas e famílias. De fato, a teoria econômica moderna estipula que a tendência natural de uma economia desenvolvida é passar por uma migração da atividade econômica do setor industrial para o comércio e prestação de serviços. Em países desenvolvidos, a fatia do PIB gerada pela área de serviços tende a ser proporcionalmente maior e a empregar um número alto de pessoas (compensando, de certa forma, a redução da porcentagem da população que deixa de trabalhar em agricultura e indústria graças à automação destes ramos), enquanto nos países em crescimento, profissionais e empresas ainda lutam para uma melhora do setor, reivindicando mais vantagens competitivas que possam acelerar o seu desenvolvimento.

Nos gráficos abaixo, verificam-se quais os setores mais expressivos em todos os países. Constatam-se que alguns países da África e Ásia ainda são encontrados fortemente baseados na agricultura e na atividade industrial. A América do Norte (em especial os Estados Unidos), a Oceania e diversos países da Europa já passaram por uma transformação de suas economias para um molde centrado no segmento de serviços. O Brasil, por sua vez, ainda apresenta um perfil dividido entre o serviços e indústrias, mas caminha para uma maior primazia do primeiro segmento.

Ainda segundo os gráficos, ve-

mos que o Brasil possui atualmente o maior número de empregos no setor de serviços. No País, o segmento representa dois terços do emprego metropolitano e corresponde a mais da metade do PIB nacional. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre 2003 e 2004, as empresas do setor contrataram 9,5% a mais e o salário médio mensal ficou em R\$783,20, representando um aumento de 0,6%. De acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) de 2004, atualmente existem mais de 885 mil estabelecimentos não-financeiros no setor, que geraram R\$ 381 bilhões de receita, empregaram mais de 7 milhões de pessoas cujos salários e outras remunerações somaram R\$ 72,22 bilhões.

Edson Lupatini, secretário de Comércio e Serviço do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um dos principais porta-vozes do governo junto ao setor de serviços, destacou o potencial de exportação da área diversas vezes, tanto no Brasil como no exterior, citando o campo de serviços médicos e exames laboratoriais como pontos fortes para concorrer no mercado global. Atualmente, o Brasil é o 31º país exportador de serviços do mundo.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), em 2005 o setor de serviços gerou 45 mil vagas e o chamado "outros setores" – que inclui construção civil e serviços domésticos – criou 33 mil postos.

Ainda segundo o IBGE, o faturamento total do setor de serviços de 1998 a 2006 subiu 40%. Entretanto,

uma pesquisa realizada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) revela que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil é da ordem de 50% para as que conseguiram se manter no mercado num período de dois anos, e de 60% no período de quatro anos. Tal fato, além do prejuízo financeiro, causa um forte impacto social, principalmente pela perda de inúmeros postos de trabalho. Entretanto, nichos específicos de mercado do setor de serviços estão em crescimento.

Os números de cada atividade

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE e pelo PAS (Pesquisa Anual de Serviços), as atividades chamadas de Serviços de Informação, que englobam informática, telecomunicações, audiovisual, jornalismo e agências de notícias, tiveram o maior faturamento do setor de serviços no ano de 2004 e lideraram a maior parte da receita operacional líquida que alcançou R\$ 115,6 bilhões, e corresponde a 30% do total da arrecadação. Os salários pagos nesse setor (7,6 salários mínimos) foram duas vezes maiores que a média.

Só as atividades de telecomunicações geraram R\$ 79,8 bilhões de receita operacional líquida, correspondendo a 66% do total do setor, e pagaram os maiores salários (12,6 salários mínimos). A evolução econômica e tecnológica justifica as alterações do número de pessoas empregadas em cada atividade. Nos últimos 8 anos, o setor de informática cresceu 90%.

O crescimento do setor de segurança também foi significativo. A



Edson Lupatini
Secretário de Comércio e Serviço do MDIC

explicação é a explosão da violência e da criminalidade, assim como as deficiências cada vez mais visíveis no aparato policial. É comum que até mesmo pequenas empresas reservem recursos no orçamento para despesas com este item. Há bares e casas noturnas, por exemplo, em que o gasto com segurança supera o que é destinado aos garçons.

Segundo a Fenavist (Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores), as diversas áreas de atividade de setor de segurança tiveram um crescimento de 11,8% entre 2004 e 2005. O segmento movimentou R\$ 11,8 bilhões e empregou diretamente 425 mil pessoas. A atividade mais representativa dentro do setor é o de serviços de vigilância, que movimentou 9,13 bilhões de reais em 2005. O ramo cresce de 4% a 5% ao ano. Entre os serviços prestados, as empresas de incluem tecnologia de rastreamento de pessoas e veículos crescem 12% ao ano desde 1999, segundo a Asso-

ciação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abave).

As atividades de transporte ferroviário tem as empresas de maior porte no setor. Em cada empresa, há uma média de 1.786 funcionários. O segmento movimentou R\$ 55 bilhões em 2005 e empregou mais de 1 milhão de pessoas. O setor de serviços prestados às empresas também cresceu 50% entre 1998 e 2006. Estão situadas neste campo as firmas de consultoria (contábil e jurídica, por exemplo), limpeza, manutenção, segurança e seleção e alocação de mão-de-obra.

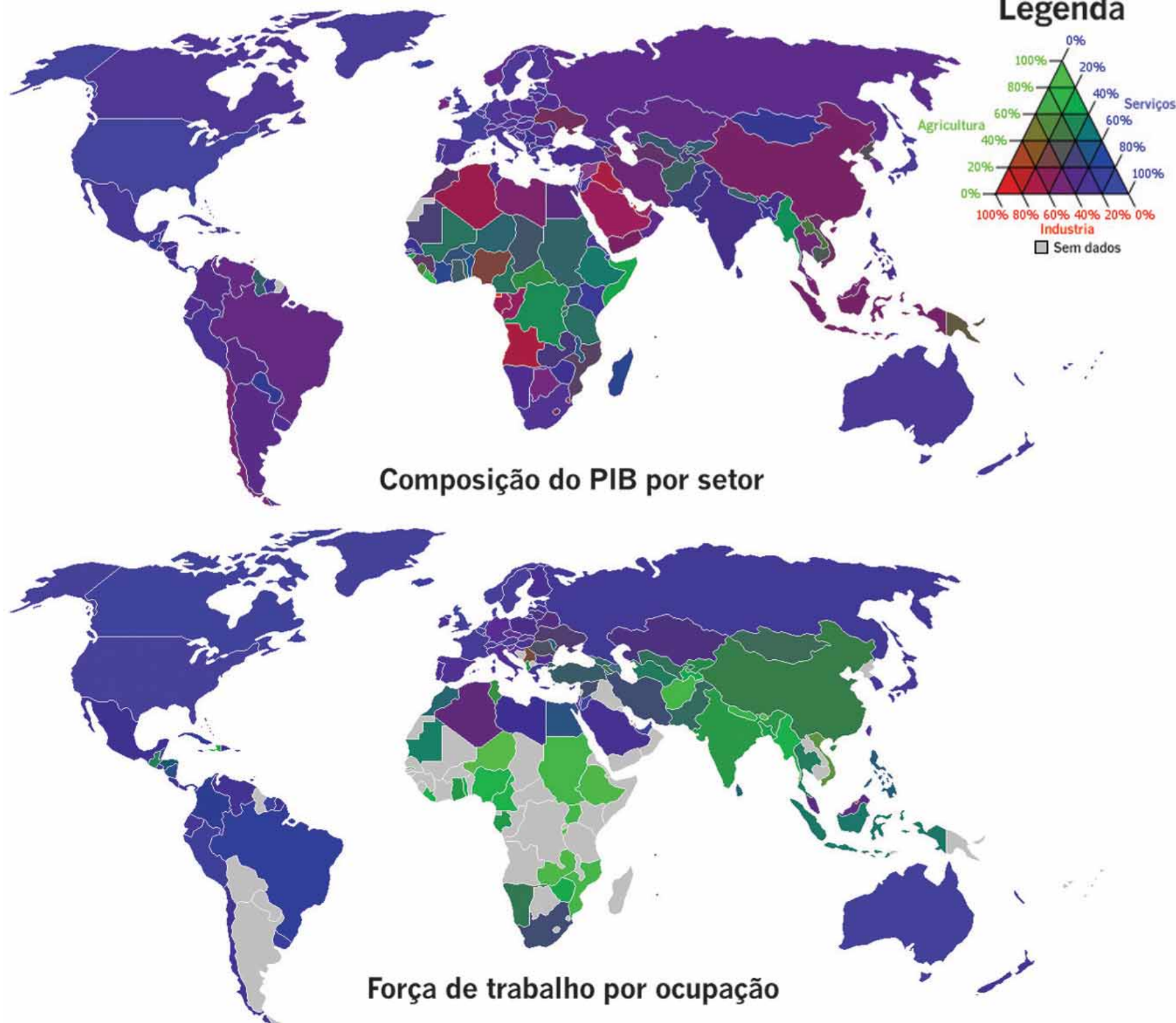
Os serviços prestados à família são o setor de menor remuneração no mercado. Em 2004, cada empresa gerou em média 121 mil reais. A remuneração média ficou em 1,7 salário mínimo. A atividade que mais se destaca é a de food service. Em relação aos serviços imobiliários, as empresas de aluguel de imóveis geraram R\$5,3 bilhões de receita líquida. A atividade de incorporação de imóveis é a mais significativa em receita por empresa: cerca de 451 mil reais por estabelecimento.

De acordo com a Confederação Nacional de Saúde, a participação do setor representa 6,5% do PIB nacional e movimentou 141 bilhões de reais em 2005. O segmento passa por alguma dificuldade, assim como algumas outras atividades do setor de serviços, devido ao alto grau de carga tributária paga pelas empresas e às bitribuições pagas ao governo. A luta do setor também é para dar uma vida profissional mais digna aos seus mais de 2 milhões de empregados diretos.

Serviços por regiões brasileiras

O setor de serviços atua de maneira distinta em cada região do Brasil. De 1998 a 2004, a região Sudeste perdeu participação no mercado. De acordo com o PAS, a diminuição é consequência do baixo desempenho dos maiores segmentos da região: Transportes e Serviços Auxiliares e Serviços prestados às empresas. Em 1998, o sudeste participava com 68,1%. Em 2004, esse número chegou a 65,7%.

Todas as outras regiões apresentaram crescimento. O centro-oeste apresentou o índice mais significativo: de 5,9% para 6,7% no mesmo período. O Nordeste foi o mais representativo no total de salários e remunerações, passando de 9,4% em 1998 para 10,2% em 2004. No Sul do país, o Rio Grande do Sul foi o maior estado em termos de geração de receita e a quarta maior unidade federal do país, com 5,7% de participação.



Marcos Cintra

Economista e Prof. da FGV



ENTREVISTA

Serviços: desonerar para crescer

Imposto sobre movimentação financeira pode ser solução para desoneração de folha de pagamentos

| Daniel Lisboa |

Por que o setor de serviços é o mais onerado hoje? Existe a idéia de que ele fatura mais?

Não acredito que seja isso, mas uma das coisas que um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostrou é que ele, de fato, possui uma tributação ligeiramente mais pesada que a do setor industrial. Mas o importante disso tudo é o seguinte: a concepção que governo e burocracia pública têm é a de que o setor de serviços não paga muito imposto. Que ele sempre pagou menos imposto que a indústria, porque o setor de serviços não tem IPI e em geral também não tem ICMS, e paga a mesma contribuição previdenciária que qualquer outro setor. Na cabeça dos formuladores de política pública, então, o setor de serviços não é tributado pelo IPI, não é tributado pelo ICMS e paga a mesma coisa para o INSS, e por isso deve ter, sobre o valor agregado, uma tributação pelo menos igual ao do setor industrial. E o trabalho da GV desmistificou isso, mostrou que o setor de serviços paga mais imposto. Esse imposto a mais vem basicamente dos encargos sociais, porque o setor de serviços tem uma participação de mão-de-obra extremamente elevada. Mas o governo não tem essa concepção. Você pode ver que todo pacote tributário, seja

no Simples, seja na MP232, acaba carregando mais o setor de serviços. Primeiro por causa desse preconceito de achar que ele paga menos impostos, em segundo lugar porque acreditam que é um setor que sofre muita informalidade, muita evasão.

Mas não é exatamente por causa dos impostos que existe tanta informalidade?

Pois é, mas, pelo setor de serviços ser mais fragmentado, mais difuso, ter um componente muito maior de pequenas e micro empresas, a sonegação e a evasão tributária do setor é muito maior. Primeiro porque paga muito imposto, e segundo porque a característica operacional do setor dá mais margem à sonegação. Essas são outras razões pelas quais o governo vai carregando tributos neste setor. Acontece que alguns segmentos hoje estão se formalizando, e são fortes, são grandes, não têm a mesma condição para sonegar. Então, respondendo a pergunta: o setor de serviços tem esta alta carga tributária porque sempre foi discriminado, sempre foi um setor que o governo acreditava que pagava pouco imposto, o que não é verdade, sonegava muito, o que é verdade, e hoje o setor de serviços acabou virando o patinho feio

tributário. Esta é a realidade. Toda vez que o governo precisa arrecadar mais, para cobrir qualquer despesa, a primeira coisa que vem na cabeça dele é carregar novamente o setor de serviços, chegando a uma situação insustentável que vai acabar matando a galinha dos ovos de ouro dele. Mais empresas vão acabar na sonegação, na evasão.

Quais seriam as vantagens, para o setor de serviços, de uma mudança dos encargos sociais da folha de pagamentos das empresas para um imposto sobre movimentação financeira?

Do ponto de vista conceitual, essa desoneração da folha se justifica porque, em muitos países do mundo, o ônus da formação desses pecúlios, de poupança, etc, é dos seus beneficiários. Quer dizer que eu poupo para a minha velhice, crio um fundo, um sistema de capitalização, e me benefico diretamente daquilo. E isto não é, de fato, carga tributária, é uma poupança compulsória. No Brasil não é assim: é um sistema de repartição. Ou seja, o custeio da previdência brasileira poderia perfeitamente ser feito com um imposto, e não uma contribuição. Há uma diferença conceitual entre os dois: contribuição é algo que eu pago

obrigatoriamente, mas que está vinculado a uma determinada finalidade. O imposto também é obrigatório, mas o governo gasta como quer, em transporte, segurança, INSS. Então, o custeio da previdência no Brasil é, na realidade, tipicamente financiado por impostos, ainda que chamem de contribuição. Porque o orçamento público no Brasil é uma geléia geral, as pessoas pegam o dinheiro que é da previdência, depois pegam dinheiro do tesouro para cobrir o fundo. Há, então, justificativas conceituais para financiar o sistema previdenciário com um imposto, e não com uma contribuição. Ou seja, com uma forma de obrigação que onere a sociedade como um todo, e não apenas aqueles que serão beneficiados. A previdência tem um enorme apelo social, até por um senso de justiça. E qual é o imposto que melhor distribui o ônus do seu custeio? Um imposto sobre movimentação financeira, pois ele recai sobre toda a sociedade, é insonegável e o mais universal que se tem conhecimento. É um tributo, então, que se coloca de uma maneira muito positiva para ser o custeador da previdência se nós formos, de fato, desonerar a folha de salários.

Como o setor de serviços atravessou momentos difíceis da história recente, como o Plano Collor e as

mudanças do Plano Real?

A economia como um todo sofreu nestes momentos. Mas todo pacote econômico carrega mais o setor de serviços. A transformação do PIS e Cofins não cumulativo, por exemplo, pegou muito pesado com o setor. Porque ele tem um valor agregado alto. Valor agregado é salários, lucros, juro e aluguéis, que são os quatro componentes de renda. E o valor agregado no setor de serviços é, em geral, mais elevado que no setor industrial. O setor industrial tem uma massa de recursos muito grande, um grande investimento. Tem um valor agregado mais baixo porque tem menos mão-de-obra. O resultado disso é que, quando você pega uma contribuição como o PIS e o Cofins, que incide sobre o faturamento, e joga no valor agregado, você discriminou contra os serviços, e este foi um momento trágico para o setor. O PIS e Cofins não cumulativo onerou muito pesadamente o setor de serviços. Na história recente tributária, acho que foi o momento mais angustiante. Logicamente que a ameaça da 232 também foi terrível, a discriminação no Simples é terrível, mas são perspectivas. O caso que eu citei aconteceu, e está acontecendo hoje.

Evento destaca proposta de reforma tributária

Estudo sobre a desoneração do setor deve ser disponibilizado ao público até o fim do mês

| Fabio Jardim |

Na busca de soluções para o segmento de serviços da economia, especialistas discutiram a urgência de mudanças na legislação tributária e no sistema burocrático, que oneram em excesso empreendedores e empresas no setor de serviços e, em um grau menor, os demais campos da economia. Um dos destaques recentes do tema foi a apresentação de um estudo, feito pela Fundação Getúlio Vargas a partir de dados oficiais do IBGE, contendo propostas para uma eventual reforma tributária.

Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços, aponta a pesquisa como mais um fator que revela a necessidade de um sistema que garanta segurança e competitividade ao setor. De acordo com Nese, a proposta tributária que tramita atualmente pela comissão especial da Câmara e do Senado (cujo relator é Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul), tratando da questão do salário mínimo, possui méritos mas não resolve o problema. "Esse projeto ainda incide sobre um imposto declaratório, portanto é fácil de ser sonegado. Além disso, continua deixando toda a economia informal, que é um setor grande no total nacional, de fora

da tributação".

A proposta defendida pelo CNS e embasada pelo estudo da FGV consiste em empregar impostos que incidem na movimentação financeira, como a CPMF, que abrangem a economia de forma mais ampla e são à prova de sonegação. "A idéia é que mais gen-

a mudança. Isso faria parte de uma reforma tributária, algo que o próximo governo precisa abordar logo no início do mandato", aponta Nese.

Para Gesner Oliveira, Doutor em Economia pela Universidade de Berkeley e Secretário-adjunto de Política Econômica no governo Itamar Franco, a mobilização é importante, mas deve ser acompanhada de uma certa paciência. O economista vê uma estratégia mais gradual para a resolução do problema. "Não podemos querer mudanças radicais. Além disso, acredito que o país deveria ter um

limite para a carga tributária e de gastos, além de reduzir o gasto corrente", destaca ele. "Temos que pensar em mais trabalho e menos desperdício. Assim, poderíamos retomar a desburocratização do país e uma coisa muito importante: temos que ter uma sociedade permanentemente mobilizada".

O economista não se furta, no entanto, de clarificar a seriedade

da espiral tributária brasileira. "O nosso sistema tributário é pouco racional. As pessoas fogem dos impostos e cria-se um círculo vicioso. Quanto mais tributo e burocracia, mais as pessoas não querem pagar os impostos". Desta forma, o ciclo nocivo da informalidade e da sonegação se agrava.

ciados da folha de pagamento, o crescimento do PIB e do emprego acabariam aumentando a arrecadação, mesmo com alíquotas menores, de acordo com o presidente da CNS. "Isso não é conjectura nem opinião, mas sim baseado na pesquisa dos dados oficiais do governo", ressalta Nese. "Até agora, nenhum economista ou técnico refutou os achados do estudo".

Entre opositores da idéia estão setores corporativistas públicos, que perderiam atribuições como a fiscalização tributária, que passaria a ser bem mais simples; economistas contrários à CPMF, que acreditam prejudicar o dinamismo do mercado; e o setor informal, que passaria a contribuir diretamente. Gesner Oliveira também listou obstáculos para uma mudança efetiva. "Temos governantes irredutíveis que não querem perder o

poder econômico do país e agem para que o empresário caia na informalidade. Essa evolução que queremos pode demorar muito, mas não podemos esquecer as propostas e tentar agilizar os processos. Não podemos nos comparar aos modelos de economia ideais, mas podemos implantar melhorias condizentes à nossa condição de país".



Luigi Nese
Presidente da CNS



Gesner Oliveira
Economista e Doutor pela Universidade de Berkeley

Empresas de serviços sofrem com alta carga tributária

O setor é um dos mais onerados pelos tributos, contribuindo com 30% a 40% do montante arrecadado

| Daniel Lisboa |

A carga tributária brasileira, que atingiu o equivalente a 39,79% do PIB nacional no primeiro semestre de 2006, de acordo com dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), afeta diretamente o desempenho das empresas prestadoras de serviços. O setor é, historicamente, um dos mais onerados pelos tributos, contribuindo com 30% a 40% do montante arrecadado. De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes a 2001, e utilizados em um estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), naquele ano o setor de serviços correspondeu a 32% do total arrecadado pelas receitas federal, estadual e municipal. Isso representou 79,8 bilhões de reais, pouco mais que o setor industrial, responsável por 75,5 bilhões de reais arrecadados.

Hoje, os principais tributos que compõem a carga tributária do setor de serviços são o ISS (Imposto sobre Serviços), o PIS (Programa de Integração Social), a Cofins (Contribuição Financeira Social), o Imposto de Renda de pessoa jurídica e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Somados à CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que de acordo com a FGV movimentou 23 bilhões de reais em 2003, e à contribuição patronal ao INSS, que ficou em 50,3 bilhões de reais no mesmo ano, formam o alvo das críticas de diversos empresários e entidades representantes de segmentos da economia. Eles vêem o peso destes tributos como um enorme obstáculo ao crescimento mais vigoroso das empresas prestadoras de serviços. Abaixo, tabela da FGV traça um panorama da carga tributária que incide sobre os segmentos de atividade da economia brasileira:

“Se uma pessoa que ficou um período na informalidade vir aqui no meu escritório para legalizar a empresa, e eu disser tudo o que precisa, ela não volta nunca mais. Ela some”. A frase do presidente da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas), Carlos Castro, ilustra o tamanho do entrave que a burocracia e os tributos representam para os empresários do País. “O Brasil impõe a seus contribuintes uma carga fiscal semelhante a dos países de primeiro mundo. Sem a respectiva contra prestação estatal, as empresas ten-

dem a se manter na informalidade”, analisa o advogado tributarista Ricardo Sitzer, que continua: “Os custos necessários para o cumprimento de todas as obrigações acessórias também são um fator a ser considerado na opção pela informalidade, por exemplo, a emissão de notas fiscais, recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais, cada um com suas respectivas guias e declarações ao fisco”. Sitzer cita ainda os altos custos para manter um trabalhador registrado como estímulo à informalidade. “O custo de um empregado registrado pode chegar a cerca de 100% sobre o salário”, justifica.

Especialistas crêem em temor de governantes

A ausência, até hoje, de uma reforma tributária que atenda às demandas dos diversos setores da sociedade não significa que o Congresso Nacional não tenha se empenhado em legislar sobre tributos. Ao contrário: de acordo com estudo recém-lançado pelo IBPT, a volúpia legislativa sobre o tema impressiona. Nos últimos 18 anos foram editadas 3.510.804 normas tributárias, o que significa uma média de 35 normas editadas por dia, ou 1,46 norma editada por hora. E o que impediu, e continua impedindo, que essas mudanças diminuam o peso dos tributos sobre os brasileiros? Para o advogado tributarista Luiz Baptista Pereira, é o medo dos governantes de uma perda na arrecadação de impostos. Isso ocorreria, na visão de Pereira, porque “os políticos ignoram que muitas vezes a redução da carga tributária e a simplificação do sistema aumenta a arrecadação”.

O diagnóstico do advogado é, em certa medida, semelhante ao do economista Marcos Cintra, para quem existe temor por parte dos governantes de que uma mudança na legislação sobre tributos influencie nos números do superávit primário. Cintra, que foi deputado federal pelo PFL, defende há anos o imposto único, que inicial-



Marcos Cintra
Economista e Prof. da FGV

mente incidiria sobre as transações bancárias de débito e crédito e substituiria outros sete tributos federais, e depois poderia ser estendido aos estados e municípios interessados. O economista defende que, caso entrasse em vigor, o novo imposto reduziria a carga tributária de mais de 40 segmentos da economia brasileira. Tudo isso com uma alíquota em torno de 1,7%, que seria aplicada sobre as movimentações financeiras em todo o País. Cintra explica que um imposto deste gênero seria ideal para o Brasil, onde a população se acostumou a realizar transações financeiras por meio dos bancos por causa da grande desvalorização da moeda local que afetou a economia nacional durante anos. “Apenas 3% do nosso PIB está circulando em dinheiro, nas mãos das pessoas. Nos EUA, esse número é de 15%, e no Japão chega a 40%”, exemplifica o economista. Outra razão para o Brasil simplificar seu sistema tributário, adotando um imposto sobre movimentação financeira (IMF), seria o alto grau de informatização dos bancos no País, fruto também do período de hiperinflação.

No evento sobre desoneração da folha de pagamentos, Marcos Cintra adaptou sua proposta de imposto único para a questão. Ao invés de onerarem a folha de pagamento das empresas, as contribuições sociais incidiriam sobre as transações bancárias. Na análise do economista, essa mudança serviria como um começo para uma gradativa substituição de outros tributos por um IMF. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº474, que trata do Imposto Único Federal, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e em uma Comissão Especial para o tema, e aguarda por apreciação do Congresso.

ARTIGO

REFORMA TRIBUTÁRIA, SIM. MAS QUAL ?

Luiz Zottmann*

Apesar de figurar entre as principais realizações dos Governos Fernando Henrique e Lula, a reforma tributária constará das prioridades do próximo governo, vença quem vencer.

Na sua versão minimalista, com decisão obrigatória no decorrer de 2007, abrangerá a ampliação do prazo de vigência da CPMF e da DRU (desvinculação parcial das receitas da União). Na sua versão mais radical, envolverá a rediscussão dos 42 (quarenta e dois) tipos de tributos e das mais de 710 (setecentas e dez) taxas federais de fiscalização (considerado apenas o universo do INMETRO e das Agências Reguladoras). Outras propostas intermediárias certamente contemplarão a continuidade da discussão da unificação do ICMS, da desoneração da folha de pagamentos e da unificação do IPI com a COFINS e com o PIS/PASEP.

Em quaisquer das hipóteses, é certa a retomada das discussões sobre as virtudes e as limitações da tributação sobre a movimentação financeira, mesmo porque, a CPMF é hoje unanimemente reconhecida como um eficiente e indispensável mecanismo de fiscalização tributária.

É de se esperar, pois, que os entusiastas e os críticos desse tipo de tributação reargumentem seus argumentos, mas agora sob a luz dos efeitos gerados pela presença da CPMF na economia brasileira por mais de dez anos. Tempo mais que suficiente para mostrar se as temidas desintermediação financeira, verticalização do processo produtivo, redução da competitividade externa de nossos produtos e distorções indesejáveis dos preços relativos da economia, ocorreram ou não. Não ocorreram.

As bolsas de valores, os mercados futuros e o sistema financeiro nunca pareceram tão prósperos. As exportações de produtos primários, de semimanufaturados e de manufaturados batem recordes a cada ano. Por seu turno, não há evidências de que os possíveis ganhos com o não pagamento dos 0,38 % dos débitos nas contas correntes tenham motivado qualquer iniciativa de absorção de empresas produtoras de matérias-primas e de peças pelos seus clientes. Finalmente, as possíveis distorções de preços que a CPMF possa ter causado, ficaram plenamente diluídas nas geradas pelo ICMS (com alíquotas que variam de 1 a 38 % do preço dos produtos), nas criadas pela adoção do sistema híbrido para a COFINS e para o PIS/PASEP (em que convivem alíquotas cumulativas e não cumulativas) e pelo início da cobrança desses dois tributos nas importações.

Aguarda-se, assim, toda uma nova série de argumentos. Um dos que poderá predominar será o da determinação da alíquota ótima para a nova CPMF.

Para os que a consideram o pior dos tributos, porém o melhor mecanismo de fiscalização existente, deverá ser inferior aos 0,38 % de hoje. Provavelmente, optarão por uma alíquota que seja suficiente para cobrir apenas os custos de administração da CPMF.

No outro extremo, estarão aqueles que a defendem como um instrumento de antecipação de arrecadação de um

ou mais tributos, como o sustentava o inesquecível Ministro Mario Henrique Simonsen. Certos de que qualquer tributo considerado como um eficiente mecanismo de fiscalização também será o eficaz instrumento de arrecadação de tributos de incidência universal. Assim, poderá ser defendida como adiamento do imposto de renda, de um eventual imposto sobre o consumo, de impostos sobre a evolução patrimonial das pessoas e das empresas e, ainda, dos encargos sobre a folha de pagamentos. Nesses casos, os seus limites máximos serão as alíquotas mínimas vigentes para o Imposto de Renda, para o ICMS, para os encargos sociais, entre outros.

Como entre essas duas posições extremas haverá a hipótese da pura e simples manutenção ou perenização da CPMF como um imposto em si (com receita vinculada à saúde), há que se considerar também, uma eventual proposta de preservação da alíquota de 0,38 %, ou de sua elevação para um percentual que propicie uma maior arrecadação de recursos vinculados à saúde.

Uma segunda linha de argumentação, pouco utilizada até agora, será a dos possíveis efeitos benéficos de um imposto sobre a movimentação financeira (ITF) nos preços relativos, caso seja tomado como recolhimento adiantado de impostos que induzem as empresas à informalidade. Entre eles, os que incidem sobre o faturamento e/ou sobre a folha de pagamentos.

Com efeito, no caso mais amplo, os ganhos serão os da maior equalização dos preços de produtos e serviços nos mercados formal e informal. No caso mais estrito, as distorções a serem corrigidas serão as de salários entre os setores formal e informal da economia brasileira, com uma influência positiva sobre uma desejável e maior equalização dos salários e da conseqüente redução das desigualdades na distribuição da renda.

Uma terceira linha de argumentação, pouco explorada até agora, será a da avaliação das alterações que a adoção do ITF poderá causar nos preços relativos dos produtos e serviços se a redução de custos por ele propiciada for repassada ao consumidor. É que, nesse caso, tal distorção se dará pela redução dos preços absolutos, o que redundará, necessariamente, na elevação do poder aquisitivo das pessoas, que será tanto maior quanto mais intensivo for o uso de mão de obra na produção dos bens de consumo popular.

Em outras palavras, essas reduções de preços e a correspondente elevação do poder aquisitivo das pessoas serão progressivas. Serão maiores para os de menor renda.

Várias e amplas parecem ser assim as avenidas abertas para o encaminhamento das discussões sobre os rumos e as características da reforma tributária que está por vir. Com a feliz coincidência de estarem sendo abertas logo ao início de um novo governo. Será de bom senso que sejam devidamente mapeadas e trilhadas.

*Economista e Ph.D. pela Columbia University, New York

Carga tributária bruta do setor produtivo, por segmento de atividade, 2001

Setores de atividade	R\$ mil	Distribuição (%)	Part (%) no PIB a preços básicos	Part (%) no PIB do setor
Agropecuária	8.951.483	3,56	0,80	10,03
Extrativa Mineral	3.561.548	1,41	0,32	11,68
Transformação	75.497.008	29,99	6,74	31,38
Serviços industriais de utilidade pública	12.753.727	5,07	1,14	32,87
Construção civil	23.618.902	9,38	2,11	26,01
Comércio	29.584.682	11,75	2,64	37,26
Aluguel de imóveis	2.744.897	1,09	0,25	2,15
Administração pública	15.223.837	6,05	1,36	8,78
Serviços	79.767.308	31,69	7,12	31,95
Transportes	14.587.867	5,80	1,30	50,85
Comunicações	8.903.840	3,54	0,80	28,26
Instituições financeiras	19.256.227	7,65	1,72	27,46
Serviços prestados às famílias	17.748.730	7,05	1,59	28,87
Serviços prestados às empresas	16.629.923	6,61	1,49	37,10
Serviços privados não-mercantis	2.640.721	1,05	0,24	20,28
Total da receita bruta	251.703.392	100,00	22,48	22,48

Fonte: Contas Nacionais, IBGE 2002. Elaboração: GYConsult (2003)

ENTREVISTA

Carlos Castro

Presidente da Fenacon



A via crúcis burocrática-tributária dos brasileiros

O empresário brasileiro é, antes de tudo, um forte. Esta é a conclusão que se pode tirar das análises do empresário paulistano Carlos Castro, presidente da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas). Em longo depoimento, Castro comenta as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros na hora de empreender. Para ele, mudanças estruturais no processo tributário ainda levam uma década, “além de tudo, o novo Presidente teria de reunir muita vontade política. O jeito é lutar por ajustes pontuais”. Confira a entrevista exclusiva a seguir.

De que maneira os impostos agem sobre a dinâmica econômica do setor de serviços?

Eles influenciam bastante. São vários tributos, com várias bases de cálculo e várias datas de vencimento, é uma pancada no prestador de serviços. E, quanto mais caro for o serviço prestado, mais caro será o

“Quando o legislador fala em tributar serviços, ele está tributando outras coisas indiretamente”

arroz, o feijão, a gasolina, o pão, porque geralmente as empresas de serviços trabalham ou para a indústria ou para o comércio. Ou seja, oneram terrivelmente também estes setores. A carga tributária das empresas que prestam serviços é muito alta, ela afeta diretamente toda a economia brasileira. Quando o legislador fala em tributar serviços, ele está tributando outras coisas indiretamente. Há um estigma de que as empresas de serviços ganham muito e, embora seja óbvio que um empresário abre um negócio para lucrar, elas não são as mais rentáveis.

Uma das propostas da Fenacon é a de um prazo maior para o pagamento dos tributos pelas empresas. Em que estágio se encontra essa e outras reivindicações da entidade?

Veja bem, o INSS vence no dia dois de cada mês. Isso quer dizer que, se eu sou um empresário, o mês venceu ontem, eu não fiz minha folha de pagamentos, não comecei a faturar e sou obrigado a pagar o INSS. Mas essa história é longa, começou quando o Fernando Henrique era o Ministro da Fazenda. Ele puxou a data de pagamento para o dia dois porque considerou que, naquela época de inflação alta, as empresas que pagavam o INSS no dia 30 do mês seguinte ganhavam muito em cima disso, e também havia um problema com o fluxo de caixa para pagar os aposentados. Ora, mas eu também tenho esse problema para pagar meus empregados e me viro. Quer dizer, o governo estava preocupado com o fluxo de caixa dele e não com o nosso. E houve uma promessa velada de que, assim que a inflação fosse estabilizada, o prazo seria mudado, o que não aconteceu. Por isso, esse é um ponto em que a Fenacon tem batido muito. Outra reivindicação é a de abrir o leque das empresas que podem optar pelo Simples. A

nova versão da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que deve ser votada no Congresso por volta do dia 16 de outubro, já deve ampliar um pouco esse leque. Ainda não é o que nós queremos, um Simples irrestrito, mas já é um bom avanço. Mais empresas poderão se valer do Simples. A nova lei já foi aprovada na Câmara, agora vai para o Senado e, se não receber emendas significativas, vai para a sanção presidencial.

Sobre a ampliação dos prazos existem algumas emendas, alguns projetos, que não estão andando. É esta questão do Simples que está mais em evidência hoje.

Além dos impostos, como agem os encargos trabalhistas sobre o setor de serviços?

Eles são altíssimos. É um absurdo o que ocorre no Brasil. Nós somos pobres, com crescimento pífio e, ao invés do governo dar abertura às micro e pequenas empresas, principalmente as de serviços, que gerariam grande quantidade de mão de obra, ele prestigia as grandes multinacionais, dando empréstimos subsidiários à Volkswagen, por exemplo. Quer dizer, hoje você aplica alguns milhões de dólares para montar uma indústria e depois toca o negócio com meia dúzia de empregados, porque é tudo robotizado, não dá emprego nenhum. O que ocorre é que essas empresas têm uma folha de pagamentos muito baixa em relação ao faturamento e pagam poucos encargos. E a micro e pequena empresa, principalmente a de serviços, que tem uma folha de pagamentos alta, sustenta a conta previdenciária. Por isso é importante discutirmos o problema da desone-

“O governo estava preocupado com o fluxo de caixa dele e não com o nosso”

ração da folha de pagamento. Não queremos anistia de impostos, isenção, e sim encontrar uma fórmula para que a empresa que fature mais pague mais; e que haja uma oneração menor sobre a folha das que faturam menos. Hoje, um empresário de serviços pensa duas vezes para admitir um funcionário.

Você acredita em razões históricas para essa desproporção?

Sim, a falta de visão dos nossos governantes. Eu lembro que, quando foi instituída a legislação sobre encargos, a Receita Federal disse que a arrecadação iria cair, e o que houve foi recorde de arrecadação. Atu-

almente, estamos trabalhando muito em um projeto chamado Redesin, que é a desoneração de obrigações para a abertura, a manutenção e o encerramento de atividades empresariais de um modo geral. A partir do momento em que você simplifica a vida do empreendedor, estimula pessoas que estão na informalidade a virem para a formalidade, e ela começa a pagar impostos. Isso todo economista sabe: onde todo mundo paga, todo mundo paga menos e se arrecada mais. Mas no Brasil paga-se mais porque pouca gente paga, e

“No Brasil paga-se mais porque pouca gente paga”

o empresário vai pagando cada vez menos, porque ele não aguenta, e a empresa quebra.

Existe alguma estimativa de quantas empresas conseguem transpor os obstáculos e entrar para a legalidade?

Não, não existe esse dado. Seria a mesma coisa de quando alguém diz que existem “dez milhões de empresas na clandestinidade”. Quem foi lá contar? E como “a cada real sonegado há um real arrecadado”. Se a Receita Federal sabe disso, porque ela não atua para receber esse valor sonegado? Esses números são chutados. Eu poderia criar um número, como alguns institutos por aí fazem, e colocar na mídia, “olha, achei um número!”. Quer dizer, a pessoa faz algumas conjecturas e tira uma conclusão que é dela. Mas que existe um alto grau de informalidade, existe. É só você ir aqui pro centro de São Paulo e ver o monte de camelô, monte de sacoleiros, aquilo vai para a economia formal? A mesma coisa com o desemprego: vá em um concurso para lixeiro, vai ter gente com nível universitário pedindo pelo amor de Deus uma vaga. Quer dizer, que a situação do País está ruim eu não tenho dúvida. Eu acompanho um monte de segmentos, e mês a mês faço as planilhas de quantos funcionários nossos clientes admitiram e quanto eles demitiram. Nos últimos três anos a demissão é muito maior que a admissão, quer dizer que a coisa está boa? A gente sabe que não está, mas quantificar isso é difícil.

Você percebe uma vontade generalizada de entrar para a formalidade?

Me diga uma coisa: quem quer ficar escondido? Todo mundo quer

ter uma conta em banco, um cartão de crédito, aumentar o limite do cartão de crédito, comprar um carrinho melhor, um apartamento, mas para tudo isso ele precisa de financiamento, precisa ter renda. Por menor que seja a empresa, ela tem um empresário, um empreendedor, e você acha que ele quer ser pequeno, ser medíocre, ficar escondido a vida inteira? Ele quer crescer, quer gerar emprego. É uma honra dar emprego, é uma honra admitir um funcionário a mais. É um motivo de alegria. Mas mandar um funcionário embora é motivo de tristeza, porque é sinal que a empresa está quebrando, está fechando. Então é óbvio que todo mundo quer procurar o melhor caminho. Agora, se a empresa já está morrendo, e você manda o empresário transpor obstáculos que só maratonistas conseguem, ela morre antes. Você soma a carga tributária, a burocracia para manter uma empresa funcionando, a falta de conhecimento de gestão e o mercado recessivo, a mortalidade dessas pequenas empresas é grande. Estatísticas mostram que, no quinto

ano de funcionamento, 5% delas sobrevivem. Aí o que acontece, qual é o drama? É tão difícil para o empresário encerrar uma empresa que ele a abandona. Ele some, desaparece. Aí depois de quatro, cinco

“Nos últimos três anos a demissão é muito maior que a admissão”

anos, ele descobre que não entregou as declarações de imposto de renda, e que cada declaração inativa custa quinhentos paus, aí ele não encerra mesmo. Sabe o que a pessoa faz? Adquiriu experiência, juntou mais uma graninha, abre outra. Em nome de quem? Da sogra, do cunhado, do filho, da mulher, do vizinho, da tia, do cachorro, do papagaio. A gente tem aquele empresário meio nômade, começa um negócio, quebra, vai para outro, deixa aberto. Isso não aconteceria se o País estivesse em franco desenvolvimento, a pessoa manteria o emprego. Não abandonaria a empresa porque quer.

REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

“O sistema tributário é um dos mais caros e um dos mais complexos do mundo. A edição de normas, que resultou no aumento da CPMF, Cofins, PIS e ISS, entre outros tributos, acelera a alta de impostos. Há 18 anos, o brasileiro tinha um peso tributário de 20%, hoje beira os 40%. Identificamos que a criação de normas é um dos fatores responsáveis pelo aumento de tributos.”

“A criação do grande número de normas gera burocracia. É preciso por um fim imediato nisso, caso contrário, a carga tributária, que já é insuportável, chegará a níveis que vão inviabilizar investimentos no País.”

“Através da edição de uma medida provisória, o chefe do Executivo pode conter sua majoração. Em países desenvolvidos, reforma tributária serve apenas para redistribuir a carga.”

Gilberto Luiz do Amaral

Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário



EDUCAÇÃO

Educação privada enfrenta as demandas do mercado

Empresas entram em fase acirrada de competição por novos alunos

| Daniel Lisboa |

O segmento da educação privada representa em torno de 1,3% do PIB brasileiro. O número é de um estudo encomendado pela Fenep (Federação Nacional de Escolas Particulares) à Fundação Getúlio Vargas (FGV), e engloba as escolas particulares de ensino infantil, fundamental e médio, e universidades, faculdades e centros universitários. Ele deixa de lado, porém, os chamados cursos livres, como os de idiomas e informática, e opta por excluir despesas com aquisição de materiais e outros fornecimentos, o que, na visão do estudo, leva a efetiva contribuição da atividade ao PIB. Para chegar aos resultados, a FGV estabelece uma relação entre dados educacionais do INEP/MEC e dados econômicos do IBGE referentes ao ano de 2004, quando os serviços prestados pela Educação Privada à sociedade movimentaram pouco mais de 35 milhões de reais. Os números revelam, para a economia do País, a importância do segmento, mas evidenciam também a sua dinâmica econômica heterogênea, tanto no que se refere ao desempenho de seus agentes quanto a situação em que se encontra a educação privada nas diferentes regiões do País. O estado de São Paulo, por exemplo, representa sozinho cerca de 35% da participação das empresas de ensino particular no PIB nacional, mostra o estudo Fenep/FGV.

Escolas particulares: crescimento desproporcional à demanda

"A pessoa abre uma escola e acha que os estudantes irão até ela sem que seja preciso fazer nada. Não há investimentos em um diferencial, em divulgação, não se estuda as demandas da região onde o colégio funcionará". O diagnóstico é do diretor executivo do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sindeesp), Roberto Prado, que aponta a má gestão como um dos fatores fundamentais para o insucesso de muitos empresários que entram no ramo. Prado lembra que cerca de 8% das escolas particulares encerraram as atividades já no primeiro ano de funcionamento, e indica como outras razões para o problema algumas questões conjunturais inerentes ao público-alvo destas escolas: baixa taxa de natalidade e perda de poder econômico das classes A e B. O que ocorreria em São Paulo, então, é que o número de alunos em potencial para a Educação Privada não acompanha o crescimento das vagas que vem ocorrendo no mercado. E os números do último Censo Educacional, realizado anualmente pelo INEP/MEC em todo o Brasil, endossam a análise do diretor executivo da Sindeesp: entre os anos de 1996 e 2005, ocorreu um crescimento de 159,1% do número de escolas particulares de ensino básico (infantil, fundamental e médio) no estado, enquanto somente de 17,2% de alunos. E imaginar que o ensino privado perde alunos para o ensino público é um erro de análise, de acordo com Prado. Ele acredita que as escolas particulares perdem mais alunos entre

elas, por causa da concorrência acirrada, do que devido a um grande fluxo de alunos que acabam no sistema público por causa das altas mensalidades. As razões para a disputa pelos alunos são evidenciadas também em outros dados do Censo Educacional INEP/MEC. Em 2005, os estabelecimentos de ensino privado representaram 33,9% das escolas do estado de São Paulo, mas detinham 16% do total de alunos. Enquanto o crescimento de alunos segue uma taxa de 1% ao ano no estado, o de escolas chega a quase 6% ao ano, ainda de acordo com os dados do censo educacional.

Para Roberto Prado, o acirramento da concorrência na Educação Privada, e a falta de visão empresarial no segmento, levam algumas escolas particulares a praticarem preços incompatíveis com a realidade, cooptando alunos com mensalidades muito abaixo do preço de mercado. Na visão do diretor executivo da Sindeesp, elas se tomam impraticáveis, entre outros motivos, devido à alta carga tributária que enfrentam os empresários do segmento. Ela compromete cerca de 13% do faturamento das escolas que não podem optar pelo Simples, e 7% das que possuem esse direito. Prado lembra que, a despeito da alta concorrência observada em São Paulo e em outros grandes centros urbanos, há regiões no País onde o ensino particular tem hoje um crescimento maior. Ele aponta o Centro-Oeste como uma destas novas "fronteiras" da Educação Privada. O estudo Fenep/FGV mostra a região

com uma participação em torno de 7% do PIB do segmento, contra 3% do Norte, 15% do Nordeste e do Sul e 60% do Sudeste.

Fim de "tabu" e grande reserva de mercado impulsionaram ensino superior privado

Da metade da década de 90 até hoje houve um enorme crescimento do número de instituições particulares de ensino superior no Brasil. Hoje existem cerca de duas mil delas no País. Apenas entre os chamados centros universitários, que oferecem cursos superiores mas são desobrigados de realizarem pesquisas, são cerca de 150 novos estabelecimentos em todo o Brasil. Quem dá os números é o presidente da Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo), professor Hermes Figueiredo. Ele credita a expansão do segmento ao fim de um "tabu" sobre a oferta de cursos superiores pela iniciativa privada, e vê a mudança como positiva. Para o professor, os novos estabelecimentos têm deixado os alunos mais próximos da realidade das profissões por meio de parcerias com empresas de diversos ramos de atividades e incubadores de empresas. Além disso, acredita, muitos centros universitários oferecem mensalidades mais baixas, o que possibilita a entrada de alunos das classes C e D no ensino superior privado.

Reitor de uma das primeiras univer-



Hermes Figueiredo
Presidente do Semesp

sidades a aderirem ao formato de centro universitário, a Belas Artes, de São Paulo, Paulo Cardim enxerga o crescimento econômico do segmento como uma tendência natural à democratização do acesso ao ensino particular. Enxerga, porém, uma inversão da pirâmide social: como as universidades públicas praticamente não aumentam a oferta de vagas, muitos estudantes da rede pública de ensino acabam nas universidades privadas, enquanto os alunos da rede particular, mais preparados, estudam nas universidades públicas. Esta "inércia" das públicas em se expandir criou, na visão de Cardim, uma grande reserva de mercado, os de alunos interessados em curso o nível superior. Foi na ânsia de atender a esta reserva que o mercado do segmento cresceu na última década. Mas o reitor da Belas Artes alerta: "Quem entrou no ramo só para faturar está com os dias contados. A concorrência estimula a procura por qualidade, e o mercado vai selecionar as melhores instituições"

ALIMENTAÇÃO

O food service avança no Brasil

Nos últimos nove anos, o setor cresceu 191%. Sua participação no PIB nacional deverá atingir 4% nos próximos anos

| Fabiana Faria |

O setor de Food Service envolve toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos, insumos, equipamentos e serviços orientados a atender os estabelecimentos que preparam e fornecem refeições efetuadas principalmente fora de casa. A origem do preparo da refeição é o fator diferenciador deste mercado. Considera-se food service também a refeição a ser consumida dentro do lar, mas adquirida em um estabelecimento ou via delivery. As empresas que compõem o setor são restaurantes, padarias, bares, lanchonetes, hotéis, catering, redes de fast food, empresas de refeições coletivas, hospitais, escolas, entre outros.

De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), é um dos setores que mais emprega no país, sendo também um grande fornecedor do primeiro emprego. Tanto que está sendo firmado um acordo com o Ministério do Trabalho, em que a Abrasel proporcionará 10.000 primeiros empregos no País, com contrato mínimo de um ano. Em paralelo, está sendo desenvolvido um código de conduta para o setor, a fim de promover uma maior profissionalização.

O setor é também um dos principais nichos que permites a ascensão econômica real de seus profissionais. O empregado pode começar a trabalhar como faxineiro ou auxiliar de cozinha, sem qualificação nenhuma, e pode um dia chegar a chefe de cozinha, maitre ou dono do seu próprio restaurante.

Os números do setor começaram a subir a partir do momento em que as mulheres saíram de casa e entraram em peso no mercado de trabalho. Assim, as famílias precisaram de refeições mais rápidas, fáceis de fazer e pré-prontas. Outro fator importante é a "falta de tempo" que atinge a população, que geralmente trabalha longe de casa e precisa de alimentação acessível e variada.

Atualmente, 25% das refeições no Brasil são feitas fora de casa, e esse número cresce 1,5% ao ano. O brasileiro gasta 24,9% do seu orçamento com alimentação fora do lar. Apesar de serem números representativos, outros países têm consumo muito maior, conforme mostra tabela

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, em 2005, o setor movimentou cerca de R\$ 38,5 bilhões, 12,8% a mais que no ano anterior. Existe outro indicador ainda mais positivo: de 1995 a 2004, o mercado cresceu 191%.

Estima-se que existam no Brasil

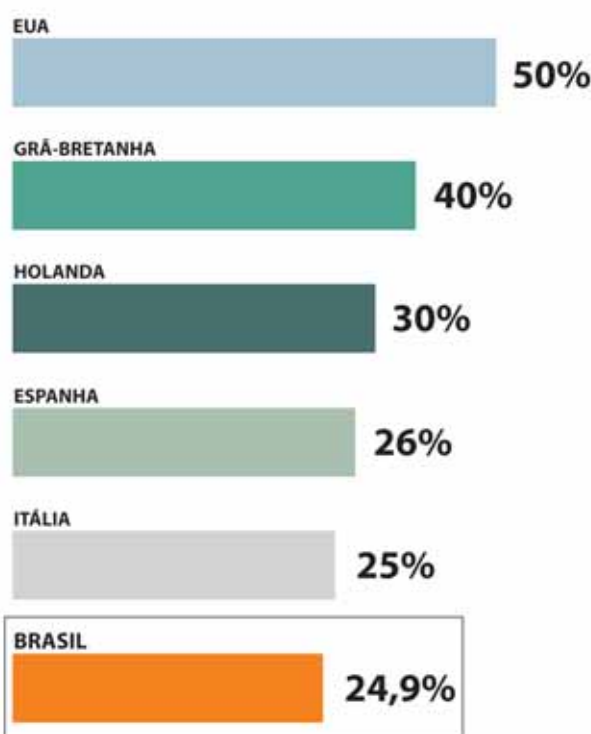
mais de 1 milhão de empresas de food service. Esse setor gera 8% dos empregos diretos do Brasil, o equivalente a 6 milhões de vagas. A participação no PIB Brasileiro saltou de 2,09% em 2000

O primeiro aspecto a ser analisado pelas empresas são os novos clientes que surgiram nos últimos anos. Devese dar atenção especial às minorias como diabéticos, celíacos e idosos. "A maioria das empresas possui uma linha reduzida. O mercado ainda é desconhecido e o ritmo de produção é baixo", afirma Enzo Donna, responsável pela ECD - Consultoria para companhias de Food Service. Ele completa que a tendência do mercado é o crescimento do conceito de Taylor Made, produtos adequadamente porcionados e embalados corretamente.

Uma das deficiências levantadas pela área é a falta de uma logística profissional e organizada, que atenda a todo o país e consiga melhorar as exportações.

Segundo especialistas, é preciso também um processo de gestão profissional dos estabelecimentos. Os agentes da indústria e mercado devem otimizar o relacionamento e conhecer as vantagens de cada um. A questão tributária também é um fator importante.

Orçamento com alimentação fora do lar



Fonte: ECD Consultoria para empresas de Food Service.

para 2,4% no ano passado. A estimativa é atingir 4% daqui 15 anos. Se este número for alcançado, o brasileiro fará 40% das suas refeições fora de casa. Cabe aí uma pergunta: por que, com tanto desenvolvimento e potencial, o setor de food service ainda não cresceu o que deveria?

SAÚDE

A luta pela qualidade no setor de saúde

As dificuldades enfrentadas por um setor que lida com o bem mais precioso: a vida

| Fabiana Faria |

O setor de serviços em saúde é um braço literalmente vital na economia de um país e na vida de sua população. No entanto, uma série de problemas assola esse mercado. É impossível tratar deles sem se referir à rede pública de serviços de saúde e citar algumas ações do governo.

O setor representa 6,5% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, além de gerar 2 milhões de empregos diretos e mais 5 milhões de forma indireta. De acordo com dados de setembro deste ano do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), existem mais 143 mil estabelecimentos de serviços de saúde cadastrados no Ministério da Saúde, sendo que 89.600 deles são da rede privada. Dos 6 mil hospitais existentes no Brasil, 70% deles também fazem parte da rede particular.

A estrutura privada só tem essa magnitude em razão do mau atendimento dado pelo sistema público à população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2004 o Brasil gastou US\$ 256 per capita com saúde, enquanto nos Estados Unidos o valor passa de US\$ 6 mil. O orçamento com o setor em 2005 foi de R\$ 121 bilhões. Nos Estados Unidos, a verba passou de US\$ 1,8 trilhão.

O Dr. José Carlos de Souza Abrahão, médico pediatra e Presidente da Confederação Nacional de Saúde, participou da Conferência "Serviços: Menos impostos, mais crescimento, mais emprego", realizada no dia 05 de outubro, em São Paulo. Ele esclareceu algumas dúvidas com relação ao setor:

"O sistema de saúde tem inúmeros problemas. A diferença com relação aos outros nichos de mercado, é que nós lidamos com vidas".

Um dos maiores problemas é a tributação. A saúde tem uma carga tributária de 38%. O número em si já é alto, mas conta com o agravante de que seu maior comprador é o governo. No SUS (Sistema Único de Saúde), 60% dos atendimentos são feitos pela rede privada. Nos setores de diálise, transplantes e oncologia, esse percentual pode chegar a 80%. "O custo do nosso setor é maior do que qualquer outro. Fora a tributação, temos um grande valor incidido em cima dos medicamentos. Não temos nada contra o mercado de produtos veterinários, mas os medicamentos para animais tem até 20% menos ICMS que o remédio humano. Isso não é justo. Outra coisa: acabaram de aprovar a TV Digital com IPI diferenciado. Quais são as prioridades do governo?", comenta Abrahão.

Outro problema é o endividamento do setor. São fluxos de caixa negativos, pendências no pagamento de fornecedores e tributos e dificuldades de obtenção de linhas de crédito próprias para o setor. Os financiamentos hoje disponíveis são de duas ordens: crédito rotativo com garantia de recebíveis e financiamento para investimentos pelo BNDES a juros de mercado. "Não há qualquer subsídio ou alongamento de prazos diferentes de pagamento com relação àqueles aplicados ao mercado em geral para o setor de saúde. Precisamos nos atualizar com relação à compra de equipamentos médicos e temos um débito de R\$ 6 bilhões de arrecadação. Por exemplo, as prefeituras

municipais tem um prazo de 240 meses para quitar dívidas. Os times de futebol têm prazo de 180 meses. O setor de saúde não tem nenhum diferencial", disse o Dr. Abrahão. A inflação médica é maior que a dos outros setores da economia, pois boa parte dos equipamentos, medicamentos e materiais utilizados é importada e precisa de atualizações constantes. De acordo com a FIPE, de janeiro de 1995 a janeiro de 2006, a inflação geral foi de 135,6%, enquanto no setor de saúde, o valor foi de 196,4% no mesmo período.

"O impacto sobre a folha de pagamento é muito grande e o setor de serviços em saúde depende totalmente de mão-de-obra qualificada. Os profissionais lidam com a vida e devem ser bem remunerados e motivados", comenta Abrahão. Os médicos sofrem reduções dos honorários por parte dos planos de saúde. A rede credenciada dos planos de saúde tem diminuído e há uma restrição no número de atendimentos. Isso também gera certo desconforto com relação à atividade dos profissionais da área e aumenta significativamente as demandas judiciais no setor. "Chamamos essa demanda de 'Justicialização da Saúde'. Falta um orçamento maior para a saúde e os governantes não podem mais confundir gastos em saúde com investimentos no social". Há ainda problemas com relação ao aumento dos preços dos planos de saúde e às suas restrições contratuais e a má administração da verba do governo e de empresários para o setor.

Em um país com quase 2 milhões de internações ao ano, de acordo com o IBGE, quais são as soluções para um setor tão importante?

A Confederação Nacional de Saúde representa a rede privada e os planos de saúde, além de 90 sindicatos. "As alternativas para melhorar o cenário atual dos serviços de saúde no país incluem, necessariamente, a readequação do relacionamento entre todos os agentes envolvidos: prestadores de serviços, operadoras de planos de saúde, fornecedores, órgãos governamentais, Ministério da Saúde, Agências, Judiciário e usuários do sistema", afirma Abrahão.

Entre as propostas, destacam-se a padronização eletrônica das informações e formulários, conforme o recém-lançado TISS – Troca de Informações em Saúde Suplementar. Isso pode reduzir a burocracia, otimizando todo o processo. A CNS defende a criação de um Código Nacional de Saúde, respaldado pelo Código Civil, para estabelecer diretrizes, parâmetros e responsabilidades civis para o mercado. "Hoje o setor ainda está atrelado ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC). Isso é inaceitável. Lidamos com vidas e isso não há como repor", comenta Dr. Abrahão. O código, acredita, pode melhorar a relação médico-paciente, responsabilizar corretamente os prestadores de serviços de saúde, além de garantir os direitos dos usuários e o exercício digno na profissão de médico.

A sobrevivência do sistema de saúde também depende da elaboração de um Código Tributário para o setor, capaz de coibir as tributações e elevadas alíquotas que incidem nos estabelecimentos. Esse Código também seria um coadjuvante na luta para conseguir incentivos no desen-



José Abrahão
Pres. da Conf. Nacional da Saúde

volvimento de novas tecnologias e equipamentos, tanto para a indústria nacional quanto para a importação. Atualmente, as alíquotas de ICMS variam de 20% a 60% em cima do preço do equipamento comprado. Isso impede algumas atualizações tecnológicas.

A Confederação também luta pela criação do chamado 'Sistema S da Saúde', que viabilizaria, através do Sess (Serviço Social da Saúde) e do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass), programas voltados a atender as exigências de lazer social, educativo e recreativo, bem como as necessidades de formação de recursos humanos para o setor. "Um setor de tamanha magnitude e importância para a população não pode jamais parar. Qualquer esforço é válido no sentido de avançarmos no diálogo entre todos os atores envolvidos para encontrarmos ferramentas de gestão que viabilizem o sistema como um todo, garantindo a oferta de serviços e um atendimento de qualidade à população brasileira", afirma Abrahão.

SEGURANÇA

Proteger para crescer

Aumento da criminalidade e sofisticação de serviços de segurança aquecem mercado do segmento

| Daniel Lisboa |

O vigor econômico, e a participação no setor de serviços, do mercado da segurança vem aumentando desde os anos 80. Abrir uma empresa especializada em proteger os clientes e seus patrimônios começou a ganhar força como negócio promissor naquela década. Desde então, o segmento diversificou a gama de serviços oferecidos, que vão de vigilância e segurança eletrônica até escolta armada e transporte de valores, e investiu em tecnologia para criar no País a cultura da proteção preventiva. Suas diversas áreas de atividade obtiveram, juntas, um crescimento em torno de 11,8% de 2004 para 2005, o que representou 11,8 bilhões de reais movimentados e emprego direto para 425 mil pessoas, de acordo com dados da Fenavist (Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores). Somente as empresas que oferecem serviços de vigilância movimentaram 9,13 bilhões de reais, o que representou 78% do montante envolvido na indústria da segurança privada no Brasil.

O ramo tem crescido de 4% a 5% ao ano, mesmo com a enorme concorrência do mercado ilegal da vigilância. De acordo com o presidente da Fenavist, Jefferson Simões, acredita-se que hoje exista um vigia informal para cada um dos cerca de 370 mil vigias que atuam legalmente no País, apesar da lei que prevê até

dois anos de cadeia para quem contratar ou praticar serviços de vigilância ilegalmente.

Uso da tecnologia contra o crime conquista mercado

Mas é a segurança eletrônica, que inclui o rastreamento de veículos e pessoas, que mais ganha espaço no mercado. Empresas que usam tecnologia como ponto-chave para dar segurança aos clientes crescem em média 12% ao ano desde 1999, segundo a Abave (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), e devem faturar, juntas, cerca de 1 bilhão de reais este ano.

Distribuídas entre empresas de monitoramento, e revendedores, instaladores, distribuidores e fabricantes de equipamentos eletrônicos de proteção, como alarmes, o ramo emprega em torno de 70 mil pessoas diretamente e 700 mil indiretamente. E a segurança eletrônica ainda tem muito espaço para crescer no Brasil, acredita o diretor de comunicação da Abave, Oswaldo Oggian. Ele cita outros países da América Latina que também têm problemas com a criminalidade, como o México e a Colômbia, como exemplos de locais onde a segurança eletrônica está mais disseminada. "Há a tendência natural da substituição do homem pela máquina", diz Oggian, explicando porque cada vez mais empresas e pessoas optam por sistemas informatizados, e não seguranças ou

vigilantes. A grande penetração das tecnologias de informação no Brasil nos últimos anos também é apontada como uma das causas do grande aumento de empresas de rastreamento. O que ocorre, acredita Oggian, é que a tecnologia necessária para a transmissão de dados e monitoramento já está difundida no País e não representa uma grande novidade ou obstáculo. "Além disso, as empresas da área trazem para o Brasil, e compartilham, as novas tecnologias surgidas no exterior. Existe uma cooperação, e não uma tentativa de esconder as novidades", conta Oggian, para quem a troca de informações é um sinal de amadurecimento do mercado.

Cultura da prevenção

Reverter uma suposta tendência dos brasileiros a não se prevenir, e sim lidar com o problema depois que ele acontece, é a estratégia base das empresas de segurança eletrônica para continuarem crescendo. A noção de que é essencial gastar uma parcela do orçamento pessoal, ou da empresa, com um sistema que proteja o patrimônio da ação dos criminosos, está se difundindo rapidamente, na visão do diretor de comunicação da Abave. Ele cita como exemplo o fato de que, há cinco anos, praticamente não existia rastreamento de veículos, e hoje algumas seguradoras só fecham contrato com proprietários de determinados veículos se eles fo-

rem cobertos pelo serviço. "Seguro e rastreamento, que antes eram vistos como coisas separadas, hoje são sinérgicas", analisa Oggian.

Uma das maiores e mais antigas representantes do segmento, a Graber atua no mercado de segurança desde 1980. Com cerca de 400 funcionários, e previsão de faturamento de 25 milhões de reais para esse ano, ela tem como carro-chefe o rastreamento. Com sede na capital paulista, a empresa monitora diariamente cerca de 60 mil veículos de diversos tipos, de acordo com o CEO da companhia, Marcelo Necho. Para ele, o desenvolvimento de novas tecnologias acompanha demandas específicas de determinados períodos históricos. Se, por exemplo, os assaltos a banco já foram o maior problema da área da segurança, hoje o combate ao roubo de cargas representa um desafio maior. Necho vê o rastreamento de carros e pessoas como uma grande demanda da sociedade hoje. "A residência da pessoa, o local onde ela trabalha, o clube para onde ela vai após o trabalho. Todos estes lugares provavelmente já possuem algum sistema de segurança, e por isso hoje temos de focar a proteção ao cliente enquanto ele está na rua, entre um lugar e outro", explica o CEO da Graber. A empresa utiliza tecnologia altamente informatizada para prestar o serviço de rastreamento, que cresce 50% ao ano. O grau de detalhamento chega a mapas que mostram onde o



Jefferson Simões
Presidente da Fenavist

cliente está em um dado momento e qual a porcentagem de chances de ele estar passando por aquele local específico naquele horário, levando-se em conta as informações sobre a rotina diária dele. Existe ainda uma parcela de clientes, ainda pequena, que optam por rastrear eles próprios, e não os veículos. Isto é realizado após a implantação de um chip de rastreamento debaixo da pele da pessoa, explica Necho. Quanto à entrada no mercado de empresas de rastreamento oportunistas, o CEO é taxativo: "não vão sobrar cinco". Necho baseia sua previsão na constatação de que muitas das cerca de 300 empresas do segmento que atuam hoje no Brasil são falhas no que ele considera muito importante: como agir na hora em que for detectado um problema com algum dos clientes. "Não adianta só rastrear, tem que saber o que fazer quando acontece alguma coisa", acredita Necho.

Os entraves burocráticos em serviços

O Brasil ocupa o 119º lugar em clima de negócios dentre 155 países pesquisados

| Fabiana Faria |

A burocracia brasileira é um obstáculo histórico. Isso é de conhecimento comum. Ela atinge todas as atividades econômicas, em especial o setor de serviços, a área que possui também a maior carga tributária. Mas não é só esse problema que existe no setor e que atrapalha o seu desenvolvimento.

Tudo começa quando se pretende abrir um negócio. De acordo com uma pesquisa do Banco Mundial, leva-se no Brasil até 152 dias para se abrir uma empresa e até 4 anos para fechá-la. Esse resultado colocou o Brasil em 119º lugar em clima de negócios entre 155 países pesquisados. O Brasil também perdeu posições em competitividade: de 57º passou para o 65º lugar no ranking mundial.

Em contra partida, Carlos José de Lima Castro, presidente da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoria-

certidões, autorizações, auditorias e vistorias. Isso pode durar de 6 meses a 5 anos.

Essa dificuldade, no entanto, pode ser resolvida ou aliviada em breve. Já foi aprovado na Câmara e encaminhado para o Congresso um projeto chamado RedeSim, que

A tributação sobre bens e serviços passou de 40% nos anos 80 para 50% da década de 90, representando 13% do PIB

propõe a simplificação e racionalização nos procedimentos de abertura, manutenção e fechamento de empresas no Brasil. "Isso vai facilitar muito a vida do cidadão e, conseqüentemente, promover o crescimento de abertura de empresas e pode mantê-las no mercado por



Luigi Nese
Presidente da CNS

mento, Perícias, Informações e Pesquisas) afirma que a pesquisa do Banco Mundial não reflete a realidade do país. "Fizemos um levantamento sobre abertura de empresas e constatamos alguns dados interessantes que diferem um pouco dessa pesquisa do Banco Mundial", explicou.

Segundo a Fenacon, o prazo máximo praticado no Brasil para abertura de uma empresa é de cer-

mais tempo", afirma Castro.

O setor de serviços e a burocracia

Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços, explica que as maiores causas para o setor de serviços não crescer como deveria pode ser sustentada em três pilares: a falta de linhas de financiamento a longo prazo, o valor das cargas tributárias e a exorbitante quantidade de impostos pagos sobre funcionários registrados em regime CLT.

As condições de financiamento existentes no mercado hoje para o setor de serviços não supre a necessidade que a área precisa. "Nós somos vistos pelo sistema bancário como não tendo condições de dar garantia de pagamento para uma linha de crédito a longo prazo", afirma Luigi. Ele ainda conta que, para conseguir um financiamento, a única forma que os bancos aceitam como comprovação de faturamento são as notas de prestação de serviço. Luigi completa: "O setor precisa de um fundo de recebíveis específico para a categoria, respeitando as peculiaridades do serviço que a empresa presta".

A carga tributária paga por cada ramificação do setor de serviços também é um grave problema. Mas isso não é um fenômeno dos tempos modernos. Na década de 60, criou-se um sistema tributária

O tempo para abrir e fechar uma empresa

	Para abrir	Para fechar
Austrália	3 dias	1 ano
Estados Unidos	5 dias	1,5 ano
França	8 dias	1,9 ano
México	8 dias	1,8 ano
China	13 dias	2,4 anos
Argentina	32 dias	2,8 anos
Namíbia	95 dias	1,5 ano
Brasil	152 dias	4 anos

Fonte: Doing Business 2006 / Banco Mundial

que priorizou a tributação sobre o valor agregado. A carga atingiu cerca de 25% do PIB nacional e continuou com esse número ao longo da década de 70. Nos anos 80, esse valor oscilou entre 23% e 24%. Na época do plano Collor, essa taxa passou para 29% do PIB nacional, voltando ao patamar anterior logo em seguida. Nos anos

O setor de transporte, por exemplo, paga mais de 50% de carga tributária

90, ela chegou a atingir o valor de 30%. A tributação sobre bens e serviços passou de 40% nos anos 80 para 50% na década de 90, representando 13% do PIB. Esse aumento se deu em decorrência do crescimento da arrecadação de impostos como a Cofins, PIS, o ISS e a CPMF.

O setor de transporte, por exemplo, paga mais de 50% de carga tributária. Os serviços prestados às empresas apresentam valor de 37,10%. O outros setores variam entre 20,28% e 28,87%. É necessário lembrar que muitas empresas não se encaixam no

perfil do programa SIMPLES, portanto, não possuem benefícios na área tributária.

A pauta da vez é a reformulação de toda a legislação trabalhista, flexibilizando a folha de pagamento, tema da conferência "Serviços: menos impostos, mais crescimento, mais emprego - a desoneração da folha de pagamento", realizada no último dia 05 de outubro em São Paulo.

Luigi conta: "A legislação trabalhista e a previdenciária não batem. Isso cria um impasse jurídico enorme. A maior matéria-prima de uma empresa é o ser humano, mas do jeito que está, é insustentável manter os funcionários empregados em regime CLT". Em algumas empresas, os pagamentos em folha chegam a representar 80% da despesa. "Queremos desonerar a folha de pagamento, além de minimizar o déficit da previdência", afirma Luigi.

Por conta desses entraves burocráticos, algumas empresas trabalham na informalidade: estima-se hoje são mais de 10 milhões de companhias operando dessa maneira. Algumas outras adotam medidas que diminuem um pouco o valor destinado à carga tributária. "Muitas empresas adotam o re-

gime de cooperativa, por exemplo. É uma forma de diminuir um pouco os tributos, mas não passa de um grande artifício de mercado. A contratação de pessoa jurídica é uma

"Os entraves burocráticos fazem as empresas migrarem à informalidade. Estima-se que hoje existam mais de 10 milhões de companhias operando desta maneira."

tendência, principalmente entre os micro-empresários e no setor de cultura, jornalismo e comunicação", explica Luigi Nese.

Essa burocracia prejudica também o setor de exportações. Com tantos impostos, o Brasil não consegue um preço competitivo no mercado internacional, como fazem hoje em dia a China e Índia no setor de informática. "Nossa realidade tributária é muito discrepante de países próximos ao nosso, como a Argentina e o Uruguai. Esse quadro pode ser revertido. Tem que ser revertido. Só é preciso vontade", afirma Luigi.



Especialistas relacionam desoneração da folha de pagamento a crescimento sustentado

"As condições de financiamento existentes no mercado hoje para o setor de serviços não supre a necessidade que a área precisa."

ca de 50 dias. Castro afirma que a junta comercial faz um bom trabalho e o problema maior é a emissão do CNPJ. "Dependendo do ramo de atuação da empresa, os alvarás de funcionamento demoram muito. O prazo depende dos órgãos públicos que a nova empresa precisa utilizar e cada federação e município tem suas regras próprias para os procedimentos de abertura". No seu fechamento, o processo pode ser ainda mais lento. São necessários dezenas de